

## CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

**CONTRATO N.º 10/2014**

**“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO – ENSINO DA MÚSICA E DE EDUCAÇÃO E EXPRESSÃO MUSICAL NOS JARDINS-DE-INFÂNCIA DO CONCELHO DE TÁBUA – ANO LETIVO DE 2014/2015”**

**AJUSTE DIRETO N.º 18-S/2014**

(alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei nº 18/2008 de 29/01, na sua atual redação)

Entre:

Primeiro Outorgante: Município de Tábua – Câmara Municipal

Endereço/sede: Praça da Republica, 3420-308 Tábua;

Cartão de Pessoa colectiva n.º: 506806944;

E-mail: douma@cm-tabua.pt; Fax n.º: 235 410 349; Telefone: 235 410 340

Representado por: **Mário de Almeida Loureiro**, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Tábua, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea a), do n.º 1 e f) do n.º 2, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

E:

Segundo Outorgante: **PG & LM, Lda., com o contribuinte n.º 507 248 970**

Sede: Casa da Peneirada, Rua Santo Estêvão, n.º 6, 3440-323 Santa Comba Dão

E-mail: comercial@pglm.net;

Telefone: 232 881 946; Fax: 232 888 085;

Representada por: Fernando Paulo Soares Gomes, titular do Cartão do Cidadão n.º 4472128 5 ZZ7, válido até 09/03/2017, e com o Número de Identificação Fiscal 185 459 005; e Luís Filipe Curveira de Matos, titular do Cartão de cidadão n.º 10640942, válido até 23/10/2018, e com o Número de Identificação Fiscal 211 043 591;

Habilitação: Certidão permanente subscrita em 11/07/2008 e válida até 22/10/2014.

É celebrado o presente contrato, para efeitos do disposto no artigo 94.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua redação atual, reciprocamente aceite, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Primeira: **Objeto de contrato**

O presente contrato tem por objeto principal o fornecimento de **atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico – ensino da música e de educação e expressão musical nos jardins-de-infância do concelho de Tábua para o ano letivo de 2014/2015** (classificação CPV, com objeto principal: 80100000-5 e 80110000-8), no âmbito do procedimento do ajuste direto n.º 18-S/2014, de acordo com o convite, caderno de encargos e proposta apresentada, anexos ao presente contrato e que deste fazem parte integrante.

Segunda: **Preço contratual e condições de pagamento**

1. Pelo cumprimento do objeto do contrato, o primeiro outorgante obriga-se a pagar ao segundo outorgante o preço de **€ 37.211,86 (trinta e sete mil, duzentos e onze euros e oitenta e seis cêntimos)**, isentos de IVA nos termos no n.º 9 do artigo 9.º do CIVA.
2. O pagamento do encargo previsto no número anterior será efetuado no prazo de 60 (sessenta) dias, após a receção pelo Município de Tábua das respetivas faturas, só podendo essas ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, nos termos da **cláusula 13.ª do caderno de encargos**.

Terceira: **Prazo de prestação do serviço**

Nos termos do **artigo 7.º do convite** e da **cláusula 3.ª do caderno de encargos**, a prestação de serviços decorre no período compreendido entre o início e o final do ano letivo 2014/2015.

Quarta: **Ajustamentos**

Não foram propostos ao adjudicatário quaisquer ajustamentos, nos termos do artigo 99.º do Código dos contratos públicos.

*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

Quinta: **Prestação de caução**

Não foi exigida a prestação de caução ao adjudicatário, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos contratos públicos.

Sexta: **Previsão orçamental**

1. A despesa do presente contrato será satisfeita pela dotação da seguinte classificação orçamental: Código projeto/ação: 01 001 2007/ 1 6; Código orgânico: 0101; Código económico: 020220;
2. A despesa do presente contrato foi assumida pelo compromisso n.º 10754;
3. Foi emitido parecer prévio vinculativo à celebração do presente contrato, aprovado pela deliberação n.º 267, tomada na reunião de 23 de Julho de 2014;
4. No presente contrato há repartição plurianual de encargos, de acordo com as verbas comprometidas e inscritas na proposta de adjudicação aprovada.

Sétima: **Atos habilitantes**

1. **O ato de adjudicação foi aprovado por** Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, na data de 7 de agosto de 2014;
2. **A minuta do contrato foi aprovada** em 8 de agosto de 2014, por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Oitava: **Documentos integrantes do contrato**

Nos termos do n.º 2 do artigo 96.º do CCP, fazem parte integrante deste contrato os seguintes documentos, ou respetivas fotocópias:

- a. O caderno de encargos (anexo I);
- b. O convite (anexo II);
- c. A proposta adjudicada (anexo III).

Nova: **Documentos arquivados**

Ficam arquivados no processo, além de outros, os seguintes documentos:


- a. Fotocópia da certidão permanente subscrita em 11/07/2008 e válida até 22/10/2014;
- b. Fotocópia da declaração emitida em 12/08/2014, conforme anexo II constante do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, para cumprimento da alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do referido diploma legal;
- c. Fotocópia de certidão passada pelo Serviço de Finanças de Santa Comba Dão, emitida em 19/08/2014, comprovativa de que se encontra regularizada a situação contributiva;
- d. Fotocópia de declaração consultada no site do Instituto de Solidariedade e Segurança Social, IP, emitida em 19/08/2014, comprovativa de que se encontra regularizada a situação contributiva perante aquele Instituto;
- e. Fotocópia do certificado criminal da sociedade e dos sócios da mesma;
- f. Fotocópia da informação n.º 24/2014;
- g. Comprovativo de aprovação do ato de adjudicação e da minuta do contrato;
- h. Parecer prévio vinculativo datado 23 de Julho de 2014, em conformidade com o artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31/12, conjugado com a Portaria n.º 53/2014, de 03/03;
- i. Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal datado de 24/07/2014, relativo à abertura do procedimento.

Décima: **Omissões**

Para além do previsto neste contrato, nos casos omissos regulará a legislação aplicável, nomeadamente o Código dos Contratos Públicos.

Paços do Município de Tábua, 25 de agosto de 2014.

O primeiro outorgante,



O segundo outorgante,

